MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

# Estatuto Social da Open Knowledge Foundation Brasil

## Capítulo I

### Da denominação, sede e duração

**Artigo 1°** - A OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION BRASIL, também designada por REDE PELO CONHECIMENTO LIVRE, doravante abreviada por **OKF Brasil**, é uma pessoa jurídica de direito privado, da modalidade Associação, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, políticos-partidários ou religiosos.

**Artigo 2°** - A **OKF Brasil** tem sede e foro na cidade de São Paulo - Capital, da Rua Peixoto Gomide, 388/141, Jardim Paulista, CEP 01409-000, São Paulo - SP, e atuação em todo o território nacional, podendo estabelecer-se em qualquer localidade ou dependência administrativa, criando as subsedes necessárias para o bom desempenho de suas atividades e finalidades.

**§ 1°**- A associação terá prazo indeterminado e será regida por este Estatuto e pela legislação brasileira em vigor.

**§ 2°** - A **OKF Brasil** atuará de forma coordenada com a "Open Knowledge Foundation - OKF", organização internacional sem fins lucrativos, com sede em Cambridge, Reino Unido, que tem por missão a promoção do conhecimento livre em todo o mundo. A **OKF Brasil**, de acordo com o artigo 3° da Lei 9790, de 23 de março de 1999, atua para a promoção livre da educação, do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, para a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção; a promoção de direitos estabelecidos e construção de novos direitos; a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, e dos estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

**§ 3°** - A **OKF Brasil** segue as diretrizes da "Open Knowledge Foundation - OKF", organização internacional sem fins lucrativos, com sede em Cambridge, Reino Unido.

## Capítulo II

### Dos Objetivos

**Artigo 3°** - A missão da **OKF Brasil** é promover a abertura de todas as formas de conhecimento.

**§ único** - Os conceitos "abrir conhecimento" e "conhecimento aberto" referem-se à formulação desenvolvida no contexto da Open Knowledge Foundation, publicada em http://opendefiniton.org e presente no final desse Estatuto, no Anexo I.

**Artigo 4°** - A **OKF Brasil** tem como objetivos principais:

I) Promover a liberdade de acesso, uso, criação, recombinação, estudo e disseminação de conhecimento.

II) Promover e facilitar o usufruto dessas liberdades.

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

III) Opor-se fundamentadamente a quaisquer tipos de restrições (legais, técnicas, públicas, privadas etc.) a essas liberdades, observado o equilíbrio entre direitos individuais.

IV) Encontrar formas *sustentáveis* de atingir seus objetivos.

**Artigo 5º** - Para a realização dos objetivos previstos nos artigos anteriores e para o bom desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas atividades, a **OKF Brasil** poderá desenvolver, promover, colaborar, divulgar, elaborar, incentivar, disponibilizar, fomentar, criar, construir, realizar, implementar, recomendar, consultar, assistir ou cooperar em:

I) estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos científicos, relatórios, legislação e instrumentos jurídicos;

II) cursos, simpósios, seminários, conferências, oficinas, feiras, congressos;

III) aplicativos de informática, plataformas tecnológicas, normas, protocolos, ferramentas, dispositivos;

IV) bancos de dados públicos e privados;

V) capacitação, sensibilização, educação, informação e mobilização de indivíduos, grupos ou instituições;

VI) outras atividades que contribuam para a realização de seus objetivos estatutários.

**§ 1º** - Para o bom cumprimento de suas atividades, a **OKF Brasil** poderá celebrar contratos, convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria, contratos de gestão e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, respeitadas as regras estabelecidas neste Estatuto.

**§ 2º** - A **OKF Brasil** poderá atuar por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações; doação de recursos físicos, humanos e financeiros e prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público e organizações privadas que atuem para a disseminação do conhecimento.

**§ 3º** - **OKF Brasil** poderá receber contribuições, patrocínios, auxílios, dotações, subvenções, doações e legados de seus associados e de outras pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Auferir verbas advindas de contratos, venda de produtos e remuneração por serviços prestados a terceiros, atividades ou eventos por ela realizados.

**§ 4º** - **OKF Brasil** poderá utilizar-se de bens móveis e imóveis que lhes sejam disponibilizados, a qualquer título, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na forma que lhe for legalmente permitido. Constituir, associar-se, titular cotas do capital social ou ter participação acionária em outras associações, sociedades ou fundações, mediante prévia e expressa autorização do Conselho Deliberativo.

**§ 5º** - **OKF Brasil** poderá adotar as providências cabíveis no âmbito administrativo ou judicial, inclusive por meio da propositura de ações judiciais para defesa dos interesses da Associação, de seus associados e da coletividade em geral, tendo em vista a produção, acesso e disseminação do conhecimento.

**§ 6º** - No desempenho de suas atividades, a **OKF Brasil** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

**Artigo 6º** – A **OKF Brasil** poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pela Diretoria Executiva, com a

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto, além de regular o processo eleitoral.

**Artigo 7°** – A fim de cumprir seus objetivos, a **OKF Brasil** poderá se organizar em tantas unidades quantas forem necessárias, em qualquer parte do território nacional, para realizar sua missão e seus objetivos.

## Capítulo III
## Dos associados

### Seção I - Do quadro social

**Artigo 8°** - O quadro social da **OKF Brasil** é composto por:

**I - Associados Efetivos** - correspondem àqueles que participaram da assembléia de constituição da OKF Brasil e assinaram a ata respectiva, e àqueles que vierem a ser admitidos nessa qualidade pelo Conselho Deliberativo, a qualquer tempo, nos termos do artigo 9°, parágrafo primeiro;

**II - Associados Colaboradores** - correspondem àqueles que vierem a fazer parte do quadro social, após a constituição da OKF Brasil, nos termos do artigo 9°, caput, deste Estatuto;

III - **Associados Honorários** - pessoas físicas ou jurídicas que têm destacada atuação em áreas relacionadas com os objetivos da Associação e sejam indicadas por dois Associados Efetivos como merecedor do reconhecimento e distinção e aprovados por unanimidade pelo Conselho Deliberativo, sem terem, contudo, direito à voto.

**§ 1°** O número de associados da **OKF Brasil** é ilimitado, podendo participar do quadro social qualquer pessoa física, desde que satisfaça as exigências previstas nesse Estatuto.

**§ 2°** Os associados da **OKF Brasil** não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

**Artigo 9°** - Poderá ser admitida como Associado Colaborador qualquer pessoa física apresentada por, no mínimo, dois (02) membros que já integrem o quadro social da OKF Brasil, mediante aprovação unânime do Conselho Deliberativo.

**§ único**- O Conselho Deliberativo poderá decidir pela promoção de um Associado Colaborador para Associado Efetivo, mediante a indicação de, no mínimo, dois (02) Associados Efetivos e aprovação unânime.

### Seção II - Dos direitos e deveres dos associados

**Artigo 10°** - São direitos dos Associados Colaboradores:

I - participar e manifestar-se nas Assembléias Gerais;

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

II - ter o direito de ser diretamente informado de todas as informações pertinentes à Associação;
III - envolver-se nas atividades promovidas pela **OKF Brasil**;
IV - requerer, com pelo menos ⅕ (um quinto) dos membros, a convocação da Assembléia Geral;
V - propor a admissão de novos Associados;
VI - desligar-se da Associação.

**§ único** - Aos Associados Honorários são assegurados os direitos previstos nos incisos I, III e VI do *caput* deste artigo.

**Artigo 11°** - São direitos dos Associados Efetivos os mesmos dos Associados Colaboradores, acrescidos de:

I - Votar e ser votado nas Assembléias Gerais, na conformidade do presente Estatuto.

**§ único** - O desligamento dos associados será requerido por meio de pedido descrito à Diretoria Executiva, sendo considerado efetivo a partir da data do seu recebimento, desde que data posterior não seja indicada no pedido, sendo desnecessária sua aceitação, a menos que solicitada expressamente pelo requerente.

**Artigo 12°** - São deveres dos associados da **OKF Brasil**:

I - praticar e defender a realização dos objetivos sociais, e prestigiar a **OKF Brasil** por todos os meios a seu alcance;
II - respeitar e cumprir o Estatuto e outras normas internas da **OKF Brasil,** bem como as deliberações dos órgãos sociais;
III - desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eventualmente eleitos, bem como as atribuições que lhes forem confiadas pelos órgãos sociais;
IV - informar o Conselho Deliberativo sobre qualquer anormalidade ou irregularidade de que tenha conhecimento e que possa prejudicar a **OKF Brasil**;
V - pagar pontualmente as contribuições estipuladas pela Assembléia Geral.

**§ único** - Aos Associados Honorários incumbem os deveres previstos nos incisos I, II e IV do *caput* deste artigo.

## Seção III - Das penalidades

**Artigo 13°** - A prática por qualquer Associado da **OKF Brasil** de atos incompatíveis com este Estatuto, com outras normas internas, com as deliberações dos órgãos sociais ou com os objetivos e o decoro da Entidade, poderá ensejar as seguintes penalidades:

**I.** Advertência por escrito;
**II.** Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
**III.** Eliminação do quadro social.

**Artigo 14°** - Compete à Diretoria Executiva a aplicação das penalidades previstas no artigo anterior, mediante a representação de qualquer interessado.

**§ 1°** - As penalidades serão aplicadas apenas após a audiência do Associado, que poderá aduzir por

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

escrito a sua defesa no prazo de dez (10) dias, a contar da data de recebimento da correspondente notificação.

**§ 2º** - Da penalidade imposta caberá recurso, sem efeito suspensivo, a primeira Assembléia Geral que se realizar.

## Capítulo IV
### Da Administração

**Artigo 15º** - A **OKF Brasil** é administrada pelos seguintes órgãos sociais:

I - Assembléia Geral;
II - Conselho Deliberativo;
III - Diretoria Executiva;
IV - Conselho Fiscal.

### Seção I - Da Assembléia Geral

**Artigo 16º** - A Assembléia Geral dos Associados, legalmente constituída e instalada, é o órgão supremo da **OKF Brasil**, podendo resolver todos os assuntos que não possam ser resolvidos pelos demais órgãos sociais. De forma específica, compete-lhe:

I - eleger os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, indicados nos artigos 24°, 29°, e 33°;
II - destituir os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
III - aprovar as contas anuais da **OKF Brasil**, mediante parecer do Conselho Fiscal e, caso necessário, com auxílio de auditoria externa;
IV - deliberar sobre a conveniência da Instituição, a periodicidade e o valor de contribuições dos membros;
V - promover alterações no presente estatuto;
VI - deliberar sobre quaisquer outras matérias de interesse da **OKF Brasil** ou que lhe tenham sido submetidas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
VII - extinção da Associação.

**§ único** - Para as deliberações que se referem nos incisos II e VII do *caput* deste artigo exige-se o voto concorde de ⅔ (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim.

**Artigo 17º** - A Assembléia Geral reunir-se-á:

I - ordinariamente, de preferência no primeiro semestre do ano, para:

a) anualmente, apreciar o balanço, o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

b) a cada 3 (três) anos, eleger os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

**Artigo 18°** – A Assembléia Geral será ordinária ou extraordinária, podendo ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única.

**§ 1°** - A Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, a qualquer tempo, por motivos de relevância e/ou urgência, podendo ser convocada por qualquer dos Diretores ou Conselheiros Deliberativos ou a pedido, por escrito, de ⅕ (um quinto) dos Associados.

**§ 2°** – A convocação será realizada mediante divulgação no sítio web da Associação, na lista de discussão pública da **OKF Brasil** e envio de correio eletrônico (*e-mail*), com aviso de recebimento, a todos os Associados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, especificando a data, hora, local e a Ordem do Dia.

**Artigo 19°** - As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou na sua ausência pelo Associado indicado pela maioria simples dos Conselheiros Deliberativos presentes à Assembléia, a quem competirá a escolha do secretário.

**§ único** - As Assembléias Gerais instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de maioria simples dos Associados, salvo exceções previstas neste Estatuto, e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número, sendo as deliberações feitas por metade mais um dos associados presentes.

**Artigo 20°** - As deliberações das Assembléias Gerais, regularmente tomadas, obrigam todos os Associados, ainda que ausentes, dentro das disposições do presente Estatuto.

**Artigo 21°** - Os Associados poderão acompanhar as Assembléias Gerais de maneira remota via Internet e poderão se fazer representar por procuração simples dada a outro Associado, apresentada ao Presidente do Conselho Deliberativo ou, conforme o caso, ao presidente da Assembléia, antes do início das deliberações.

**Artigo 22°**- Na hipótese de empate na votação de qualquer deliberação da Assembléia Geral, caberá ao Presidente da Assembléia Geral decidir.

**Artigo 23°** - Serão lavradas atas de cada Assembléia Geral que serão devidamente registradas em cartório competente.

## Seção II - Do Conselho Deliberativo

**Artigo 24°** – O Conselho Deliberativo será composto por, no mínimo, 04 (quatro) e máximo 07 (sete) membros eleitos em Assembléia Geral Ordinária, entre nomes indicados pelos Associados, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitidas reeleições.

**§ 1°** - Na ausência permanente de quaisquer de seus membros, o Conselho Deliberativo continuará deliberando com o número de conselheiros remanescentes, exceto se, em função dessa ausência, a composição do Conselho Deliberativo for reduzida para menos que 02 (dois) membros. Neste caso, qualquer Conselheiro Deliberativo deverá convocar, nos termos do presente, dentro de 10 (dez) dias da ausência do Conselheiro Deliberativo, uma Assembléia Geral Extraordinária para eleição de 03 (três) novos conselheiros para completar o mandato.

**§ 2°** – Se a ausência for temporária o Conselho Deliberativo continuará a deliberar com o número de conselheiros em atividade.

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
6º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

**Artigo 25°**- Ao Conselho Deliberativo compete:
I – supervisionar as atividades da **OKF Brasil**;
II – aprovar a verba de remuneração da Diretoria Executiva, cujos diretores desempenharão suas atividades em caráter voluntário, sem direito a qualquer remuneração, nos termos do parágrafo 1º do artigo 30º;
III – examinar e aprovar quaisquer atos da Diretoria Executiva;
IV – adotar e estabelecer, para todos os órgãos da **OKF Brasil**, práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

**Artigo 26°**- Os membros do Conselho Deliberativo elegerão o seu próprio Presidente.

**Artigo 27°** - O Conselho Deliberativo reunir-se-á sempre que convocado por quaisquer dos seus membros, mas poderá deliberar por meio de documento escrito, assinado por seus membros, sem a necessidade de convocação de reunião para esse fim.

**§ 1°** – As reuniões do Conselho Deliberativo serão dirigidas por seu Presidente, assistido por um secretário "*ad hoc*", salvo na hipótese de sua ausência ou impedimento, situação na qual aquele será substituído por um dos seus pares.

**§ 2°** - As decisões do Conselho Deliberativo serão obtidas através do consenso. Se não houver consenso, o Presidente decidirá o impasse.

**Artigo 28°** - Os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados.

## Seção III - Da Diretoria Executiva

**Artigo 29°** - A Diretoria Executiva é o órgão social administrativo e executor da Associação, colegiado e eleito pela Assembléia Geral, responsável pela representação institucional da associação, sendo composto por um Diretor Executivo e um Diretor Adjunto, com mandatos de 03 (três) anos, sendo permitidas reconduções.

**§ único** – É vedado aos Diretores acumularem os cargos de Diretor e Conselheiro Deliberativo ou Diretor e Conselheiro Fiscal. A eleição para o cargo de Diretor implica a perda automática do cargo de Conselheiro Deliberativo ou Conselheiro Fiscal.

**Artigo 30°** - Compete à Diretoria Executiva:
**I.** Zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembléia Geral e divulgar a **OKF Brasil**;
**II.** Dirigir as atividades da **OKF Brasil**, de acordo com o presente estatuto, e praticar os atos de gestão administrativa;
**III.** Propor à Assembléia Geral as modificações que se fizerem necessárias no Estatuto;
**IV.** Representar e defender os interesses de seus associados;
**V.** Elaborar, anualmente, o programa de trabalho e o orçamento da **OKF Brasil**;
**VI.** Propor uma estrutura organizacional compatível com a missão e programas da **OKF Brasil**;
**VII.** Estabelecer diretrizes sobre as atividades do pessoal da **OKF Brasil**, determinando as bases de sua remuneração;
**VIII.** Apresentar a Assembléia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
**IX.** Admitir pedido de inscrição de associados;

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

**X.** Acatar pedido de demissão voluntária de associados;
**XI.** Periodicamente, conforme previsão estatutária, convocar Assembléia Geral Ordinária e convocar Assembléia Geral, a qualquer tempo, quando julgar necessário;
**XII.** Deliberar sobre custos, despesas e encargos significativos não previstos no orçamento anual;
**XIII.** Assinar contratos e demais documentos que se fizerem necessários.

**§ único** - O Conselho Deliberativo poderá deliberar a instituição de remuneração e o valor desta para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação.

**Artigo 31°** - Ao Diretor Executivo compete:
**I.** Zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembléia Geral e divulgar a **OKF Brasil**;
**II.** Representar a **OKF Brasil** ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
**III.** Abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
**IV.** Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária;
**V.** Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
**VI.** Firmar, em nome da **OKF Brasil**, o aceite de doações, convênios, termos de parceria, termos de compromisso, contratos, títulos e acordos de qualquer natureza.

**§ único** – Compete ao Diretor Adjunto substituir legalmente o Diretor Executivo, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

**Artigo 32º** - A outorga de procurações em nome da **OKF Brasil** ficará condicionada à prévia autorização, por escrito, do Presidente do Conselho Deliberativo ou de mais da metade dos Conselheiros Deliberativos, manifestada em reunião, declaração, carta, fac-símile, correio eletrônico, telegrama ou qualquer outra forma escrita. As procurações outorgadas em nome da **OKF Brasil** serão sempre por 02 (dois) Diretores, ou por 01 (um) e o Presidente do Conselho Deliberativo, e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado.

## Seção IV - Do Conselho Fiscal

**Artigo 33º** – O Conselho Fiscal é um órgão colegiado, eleito pela Assembléia Geral, responsável pela fiscalização da Diretoria Executiva, sendo composto por 02 (dois) membros e 01 (um) suplente associados ou não associados, para mandato de 03 (três) anos, permitida reconduções sucessivas e ininterruptas.

**§ único** – É vedado aos Conselheiros Fiscais acumularem os cargos de Conselheiro Fiscal e Conselheiro Deliberativo ou Conselheiro Fiscal e Diretor. A eleição para o cargo de Conselheiro Fiscal implica a perda automática do cargo de Conselheiro Deliberativo ou Diretor.

**Artigo 34º** – O Conselho Fiscal reunir-se-á ao menos uma vez por ano, sempre antes da Assembléia Geral Ordinária e, a qualquer tempo, quando convocado pelo Conselho Deliberativo ou por quaisquer de seus membros.

**Artigo 35º** - Ao Conselho Fiscal compete:

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

I – opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre operações patrimoniais realizadas, emitindo os competentes pareceres;
II – zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, na prestação de contas e atos correlatos da **OKF Brasil;**
III – acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

**Artigo 36º** - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados.

## Capítulo V
### Da Publicidade dos Atos

**Artigo 37º** – A **OKF Brasil** dará publicidade por qualquer meio eficaz, principalmente veiculação em sítio web, no encerramento do exercício fiscal ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos com o INSS e o FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

**Artigo 38º** – Para assegurar a transparência na aplicação dos recursos deverá:
I – permitir a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
II - prestar contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela **OKF Brasil,** que será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

## Capítulo VI
### Do Patrimônio

**Artigo 39º** - O patrimônio da **OKF Brasil** será constituído pela dotação inicial dos Associados e contribuintes e pelos bens móveis e imóveis e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações, legados, aplicação de receitas e outras fontes.

**Artigo 40º** - Constituem receitas ordinárias:
I – a contribuição das pessoas físicas e jurídicas associadas;
II – a renda patrimonial;
III – contribuições voluntárias, doações, as subvenções e dotações;
IV – receitas advindas do uso de bens e exercício de direitos das atividades da **OKF Brasil**;
V – outras receitas, inclusive oriundas da exploração de atividade econômica cujo resultado integral será necessariamente revertido a **OKF Brasil** para ser aplicado nas suas finalidades.

**Artigo 41º** – O Conselho Deliberativo poderá rejeitar as doações e legados que contenham encargos ou gravames de qualquer espécie, ou, ainda, que sejam contrários aos objetivos da **OKF Brasil**, à sua natureza ou à lei.

**Artigo 42º** - Todo patrimônio e receitas da **OKF Brasil** deverão ser destinados aos objetivos a que destina a Entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento.

## Capítulo VII
### Das Disposições Finais

**Artigo 43º** - A **OKF Brasil** é constituída por prazo indeterminado, competindo à Assembléia Geral decidir, nos termos deste estatuto sobre sua eventual extinção.

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

**§ 1o.** - Previsão de que, em caso de dissolução da **OKF Brasil**, o respectivo patrimônio liquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta.

**§ 2o.** - Na hipótese da **OKF Brasil** perder a qualificação instituída na Lei 9790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

**Artigo 44º** - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

**Artigo 45º** – O exercício social iniciará em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, com prazo de até três meses para ser lançado o balanço anual.

**Artigo 46º** - Os casos omissos ou duvidosos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria com recurso para o Conselho Deliberativo.

34º C Cesar

Everton Zanella Alvarenga

Everton Zanella Alvarenga
Diretor Executivo

Advogado Marcos Roberto Fuchs
OAB/SP 101.663

34º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
BEL. ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - OFICIAL
RUA FREI CANECA, 371 - CEP: 01307-001 - FONE: (11) 3171-1433 - FAX: (11) 3171-1074 / 3171-3514 - E-MAIL: 34ccesar@terra.com.br
Reconheço, por semelhança, a firma de: EVERTON ZANELLA ALVARENGA, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 26 de setembro de 2013.
Em Testº _____ da verdade. Cód.: 2001916115543200109862
ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (Qtd/1:Total R$ 6,50)
Robson Wlade Gomes Lopes
Escrevente Autorizado
CERQUEIRA CESAR 34º
SUBSCRITO
FIRMA
VALOR ECONÔMICO
1028AA375158

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 18.404.753/0001-28
Rua XV de Novembro, 251 - 4º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP

5

| | |
|---|---|
| Emol. | R$ 150,72 |
| Estado | R$ 42,77 |
| Ipesp | R$ 31,79 |
| R. Civil | R$ 8,01 |
| T. Justiça | R$ 8,01 |
| Total | R$ 241,30 |

Selos e taxas Recolhidos p/verba

Protocolado e prenotado sob o n. **66.545** em **10/09/2013** e registrado, hoje, em microfilme sob o n. **52.508** , em pessoa jurídica.

São Paulo, 03 de outubro de 2013

Paula da Silva Pereira Zaccaron - Oficial Titular
Ariane Hevas Martorelli - Rita de Cassia A. Pinheiro

# Anexo I

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

**Definição de Conhecimento Aberto**

Versão: 1.1, que pode ser encontrada no sítio web http://opendefinition.org

**Terminologia**

Se considera que o termo conhecimento inclui:

1. Conteúdos como música, filmes, livros
2. Dados, sejam eles científicos, históricos, geográficos ou outros quaisquer
3. Informações governamentais e administrativas

Software está excluido apesar de sua óbvia importância, porque já foi tratado adequadamente em trabalhos anteriores.

O termo **obra** será usado para indicar o item de conhecimento em questão.

O terma **coletânea** também pode ser usado para designar uma coleção de obras. É claro que essa coletânea pode ser considerada uma obra em si.

O termo **licença** se refere à licença legal sob o qual a obra é disponibilizada. Sempre que a licença não for especificada, esta deve ser interpretada como referindo-se às condições legais padrões sob o qual a obra está disponível.

**A definição**

A obra é aberta se sua forma de distribuição preenche as seguintes condições:

**1. Acesso**

As obras estarão disponíveis na íntegra e, no máximo, a um custo razoável de reprodução, de preferência com download através da Internet sem representar custo. A obra também deve estar disponível de uma forma conveniente e modificável.

*Comentário: Isso pode ser resumido como abertura "social" – você não só esta autorizado a obter a obra, você mesmo pode obte-la. "Na integra" impede a limitação de acesso por via indireta, por exemplo, só permitindo o acesso a alguns itens de um banco de dados de cada vez.*

**2. Redistribuição**

A licença não deve restringir ninguém de vender ou dar de graça a obra, seja ela sozinha ou como parte de um coletivo de obras feitas a partir de muitas fontes diferentes. A licença não deve exigir um royalty ou outra taxa para tal venda ou distribuição.

5º R.T.D.P.J. CAPITAL
5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

**3. Reutilização**

A licença deve permitir modificações e trabalhos derivados e deve ser permitida a distribuição sob os termos do trabalho original. A licença pode impor alguma forma de atribuição e os requisitos de integridade: ver princípio 5 (Atribuição) e princípio 6 (Integridade) abaixo.

*Comentário: Note que esta cláusula não impede o uso de "viral", ou de licenças share-alike que exigem a redistribuição de alterações nos mesmos termos que o original.*

**4. Ausência de Restrições Tecnológicas**

O trabalho deve ser apresentado de forma que não existam obstáculos tecnológicos para a execução das atividades acima. Isso pode ser alcançado através da disponibilização do trabalho em formato aberto, aquele cuja especificação é pública e livremente disponível e que não impõe restrições monetárias ou outras à sua utilização.

**5. Atribuição**

A licença pode exigir como condição para a redistribuição e reutilização a atribuição dos colaboradores e dos criadores da obra. Se imposta, a condição não deve ser onerosa. Por exemplo, se a atribuição é necessária, uma lista daqueles que solicitam-na deverá acompanhar a obra.

**6. Integridade**

A licença pode exigir, como condição para a obra que está sendo distribuída de forma modificada, que os trabalhos resultantes tenham um nome ou número de versão diferentes do trabalho original.

**7. Sem Discriminação Contra Pessoas ou Grupos**

A licença não deve discriminar qualquer pessoa ou grupo de pessoas.

*Comentário: De forma a obter o máximo proveito do processo, a máxima diversidade de pessoas e grupos devem ser igualmente admissíveis a contribuir para o conhecimento aberto. Portanto, nós proibimos qualquer licença de conhecimento aberto de deixar qualquer pessoa fora do processo.*

**8. Sem Discriminação Contra Campos de Trabalho**

A licença não deve restringir ninguém de fazer uso do trabalho em um campo específico de atuação. Por exemplo, ela não pode restringir o trabalho de ser usado em um negócio, ou de ser usado para pesquisa militar.

*Comentário: A intenção principal desta cláusula é proibir as armadilhas que impedem a licença aberta de material de ser utilizado comercialmente. Queremos que os usuários comerciais se participem da nossa comunidade, não que se sintam excluídos dela.*

5º R.T.D.P.J. CAPITAL

MICROFILMADO
SOB Nº
0000052508
5º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP

**9. Distribuição da Licença**

Os direitos associados ao trabalho devem ser aplicados para todos aqueles a quem o trabalho é redistribuído, sem a necessidade de uma licença adicional para as outras pessoas.

*Comentário: Esta cláusula destina-se a proibir o fechamento dos trabalhos por meios indiretos, tais como exigir um acordo de não divulgação.*

**10. Licença não deve ser específico para uma coletânea**

Os direitos associados à obra não devem depender do trabalho ser parte de uma coletânea específica. Se o trabalho é extraído da coletânea e usado ou distribuído dentro dos termos de licença do trabalho, todas as partes para quem o trabalho é redistribuído devem ter os mesmos direitos que aqueles que são concedidos em conjunto com a coletânea original.

**11. Licença não deve restringir a distribuição de outras obras**

A licença não deve colocar restrições em outros trabalhos que são distribuídos juntamente com as obras licenciadas. Por exemplo, a licença não deve insistir para que todos os outros trabalhos distribuídos na mesma mídia sejam abertas.

*Comentário: Distribuidores de conhecimento aberto têm o direito de fazer suas próprias escolhas. Note-se que as licenças 'share-alike" são compativeis pois estas disposições só se aplicam se o conjunto formar uma obra única.*

5º R.T.D.P.J. CAPITAL